**SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL:
UMA POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PAÍS?**

Simone Medeiros¹

RESUMO: Sistema Universidade Aberta do Brasil – uma política de democratização e inclusão social da educação superior no País? é um estudo preliminar que trata da implantação da Universidade Aberta no Brasil. Sua intenção é promover uma reflexão inicial tendo como foco da discussão o desafio de compreender se o novo ‘modelo’ proposto pelo Ministério da Educação para ser institucionalizado no País caracteriza-se efetivamente como uma política pública voltada à democratização e inclusão social da educação superior.

ABSTRACT: Open University of Brazil - a policy of social inclusion and democratization of higher education in the country? "is a preliminary study that deals with the establishment of the Open University in Brazil. His intention is to promote an initial reflection of the discussion focusing on the challenge to understand whether the new 'model' proposed by the Ministry of Education to be institutionalized in the country is characterized as an effective public policy directed towards democratization and social inclusion in higher education.

CENÁRIO ATUAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

Nas últimas décadas, mudanças importantes ocorreram no campo educacional, especialmente em relação aos marcos legais, à sistemática de financiamento, ao processo de gestão dos sistemas de ensino e à ampliação do acesso à educação. Nesse sentido, várias e diferentes políticas implementadas pelo setor público, nas esferas federal, estadual e municipal,

¹ Doutoranda em Educação, na linha Estado e Políticas Educacionais (FE/UFG). Mestre em Educação, na área de Tecnologias na Educação (UnB). Especialista em Educação a Distância (UnB) e em Educação e Desenvolvimento (UnB). Licenciada em Letras (UFRN). Atua no Ministério da Educação, na área de formação de professores a distância. Exerceu a função de Coordenadora Geral de Articulação Institucional em EaD (2005) e de Coordenadora Geral de Formação em EaD (2008/2009), na Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC). Coordenou, em âmbito nacional, os Programas Escola de Gestores, Proinfo Integrado, Mídias na Educação, Proinfantil, Proformação e Formação pela Escola.

expressam o esforço de governos e da sociedade em garantir o direito da população brasileira à educação escolar com qualidade social.

Verificamos, entretanto, que embora o direito à educação escolar se constitua como dimensão fundante da cidadania e esteja reconhecido em diversos documentos de caráter nacional e internacional, como expresso, em âmbito nacional, no artigo 6º combinado com o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 4º e 5º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e, em âmbito internacional, no artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, no art. 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966 e, mais recentemente, na Declaração Mundial sobre Educação para Todos de Jomtien, a garantia a esse direito está reservado às camadas privilegiadas.

É importante destacar que a inscrição de direitos em documentos e no código legal de um País não acontece naturalmente. Trata-se da história da produção de um direito e que emerge somente a partir da era moderna. Segundo Bobbio (1992, p. 75):

Não existe atualmente nenhuma carta de direitos que não reconheça o direito à instrução – crescente, de resto, de sociedade para sociedade – primeiro, elementar, depois secundária, e pouco a pouco, até mesmo, universitária. Não me consta que, nas mais conhecidas descrições do estado de natureza, esse direito fosse mencionado. A verdade é que esse direito não fora posto no estado de natureza porque não emergira na sociedade da época em que nasceram as doutrinas jusnaturalistas, quando as exigências fundamentais que partiam daquelas sociedades para chegarem aos poderosos da Terra eram principalmente exigências de liberdade em face das Igrejas e dos Estados, e não ainda de outros bens, como o da instrução, que somente uma sociedade mais evoluída econômica e socialmente poderia expressar.

Segundo Cury (2002) apesar desse direito não constar do estado de natureza ou mesmo entre os chamados direitos naturais, será no contexto da aceitação ou da recusa a essa forma de encarar o nascimento da sociedade moderna que a instrução lentamente ganhará destaque. Ora ela é o caminho para que as Luzes (Universais) se acendam em cada indivíduo, a fim de que todos possam usufruir da igualdade de oportunidades e avançar diferencialmente em direção ao mérito, ora ela é uma função do Estado a fim de evitar que o direito individual não disciplinado venha a se tornar privilégio de poucos.

Para esse autor, uma das condições para o advento dessa “racionalidade iluminada” e interessada, própria da sociedade civil enquanto universo do privado, é a instrução, à medida que ela abre espaço para a garantia dos direitos subjetivos de cada um. E como nem sempre o indivíduo pode sistematizar esse impulso, como nem sempre ele é, desde logo, consciente desse valor, cabe a quem representa o interesse de todos, sem representar o interesse específico de ninguém, dar a oportunidade de acesso a esse valor que desenvolve e potencializa a razão individual.

Daí a instrução se tornar pública como função do Estado e, mais explicitamente, como dever do Estado, a fim de que, após o impulso interventor inicial, o indivíduo pudesse se autogovernar como ente dotado de liberdade e capaz de participar de uma sociedade de pessoas livres (CURY: 2002, p. 248).

Historicamente, o Brasil vem apresentando baixos índices de acesso à educação, em especial, à educação superior. No conjunto de países da América Latina, de acordo com dados do IBGE/PNAD/2004, o Brasil tem cerca de 10% dos jovens entre 18 e 24 anos matriculados no nível superior, valor inferior ao de países como a Argentina (40%), Venezuela (26%), Bolívia (20,6%) e Chile (20,6%). Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação – PNE, criado pela Lei 10.271\01, determinou como meta, entre outras, o atendimento, em nível superior, de 30% dos jovens de 18 a 24 anos até 2011.

Com base nesses dados, o Governo Federal, desde 2003, vem estabelecendo políticas definidas como estratégicas para universalização e democratização do direito à educação. Apresenta como prioridade na formulação de suas políticas o fomento do acesso ao Ensino Superior, expresso em políticas públicas como Programa Universidade para Todos – ProUni²; Pró-licenciatura³; e Universidade Aberta do Brasil – UAB⁴, dentre outros.

² Programa Universidade para Todos – ProUni é um programa de bolsas de estudos da história da educação brasileira. Criado pelo Governo Federal em 2004, e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, possibilita o acesso de milhares de jovens de baixa renda à educação superior. Tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa.

³ É um programa de formação inicial desenvolvido junto às Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, comunitárias ou confessionais e dirigido a professores em exercício nos anos/séries finais do Ensino Fundamental ou

Nesse sentido, é importante destacar o contexto onde essas políticas se efetivam. Segundo Bianchetti (2005), a América Latina vive hoje um momento de transformações estruturais. Para esse autor ninguém pode negar a existência de um modelo hegemônico de sociedade baseado nas idéias desenvolvidas pelo neoliberalismo.

De acordo com Bianchetti, a característica mais importante do neoliberalismo é a ampliação do raio de ação da lógica do mercado. Para ele, enquanto nas concessões liberais sociais se reconhece a desigualdade derivada do modo de produção capitalista e, portanto, aceita-se a intervenção do Estado para diminuir as polarizações, o neoliberalismo rechaça qualquer ação estatal que vá além da de um 'árbitro imparcial' das discussões. Para esse autor, a idéia do Estado Mínimo é uma consequência da utilização da lógica do mercado em todas as relações sociais, não reduzidas ao aspecto econômico.

As políticas públicas educativas que surgem desse modelo respeitam a lógica econômica, promovendo as idéias de um Estado subsidiário.

A lógica do mercado na educação supõe uma relação entre a oferta do serviço educativo e a demanda da sociedade. A ação do Estado se reduz a garantir uma educação geral, liberando os outros níveis do sistema às leis do mercado. Ele premiará as instituições responsáveis por produtos de melhor qualidade para a demanda do mercado sancionando as ineficientes, por meio da retirada da demanda (BIANCHETTI: 2005, p. 112).

Dessa lógica desprendem-se propostas descentralizadoras que tendem a delegar a responsabilidade da educação nos âmbitos estaduais e municipais. Os grandes sistemas são percebidos como burocráticos e ineficientes para se adaptarem às mudanças dinâmicas da demanda social e requerem uma planificação centralizada que se contradiz com o mercado.

Neste ensaio o nosso objetivo é iniciar uma reflexão, ainda preliminar, da implantação da Universidade Aberta do Brasil, apresentada no atual contexto sócio-político-econômico-cultural como uma política que permitirá a democratização e inclusão social, em especial, de jovens de

Ensino Médio dos sistemas públicos de ensino que não tenham a habilitação legal exigida para o exercício da função (licenciatura). As IES implementarão, em parceria, cursos de licenciatura na modalidade de educação a distância, com duração igual ou superior à mínima exigida para os cursos presenciais, de forma que o professor-aluno mantenha suas atividades docentes.

⁴ A Universidade Aberta do Brasil integra um conjunto de ações do atual governo para a expansão da educação superior no Brasil. Assim, o projeto se caracteriza a partir da reafirmação do caráter estratégico da educação superior e do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação para o crescimento sustentado do País.

baixa renda e de educadores(as) sem habilitação específica, na educação superior, por meio da educação a distância.

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

O Sistema Universidade Aberta do Brasil surge no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação. Esse fórum, segundo documento oficial⁵, constituir-se-á como espaço de diálogo e articulação, adequado ao desenvolvimento de ações que visam potencializar as políticas públicas na Educação, promovidas pelo Governo Federal, especialmente pelo Ministério da Educação, e pela Empresas Estatais. As referidas ações, ainda, de acordo com o citado documento, de forma participativa e consensual, deverão subsidiar políticas educacionais voltadas para a inclusão e a justiça social, em prol do desenvolvimento sustentado do País.

Um dos quatro eixos estratégicos do fórum diz respeito ao fortalecimento e expansão da Educação Superior Pública. Nesse contexto, o Programa Interfaces⁶ estabelece os termos principais das relações entre as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, representadas pela ANDIFES, e as empresas estatais, cujas metas principais são: o desenvolvimento regional e a superação de desequilíbrios no panorama nacional e atendimento de necessidades de pesquisa e prestação de serviços as empresas estatais.

Nesse sentido, o Ministério da Educação estabeleceu como quatro eixos de sua ação: 1) incentivo à qualidade da educação básica com a implantação do FUNDEB e mobilização nacional de estados e municípios para o enfrentamento das dificuldades de aprendizado e valorização dos professores; 2) reforma da educação superior, que amplie e fortaleça a universidade pública e gratuita e norteie, pelo interesse público, as instituições particulares, com padrões de qualidade; 3) alfabetização como porta de ingresso para a inclusão e a cidadania de

⁵ Fórum das Estatais pela Educação: Projeto – Universidade Aberta do Brasil (www.uab.mec.gov.br)

⁶ Programa Interfaces foi elaborado pela ANDIFES para o Fórum das Estatais pela Educação. O objetivo desse Programa é fortalecer as Universidades Públicas por meio da cooperação com essas empresas estatais. Interfaces deve trabalhar sobre três eixos. No primeiro, voltado para a infra-estrutura de pesquisa, o objetivo é financiar laboratórios e equipamentos de pesquisa, melhorar acervo bibliográfico e redes de informação e apoiar experiências de inovação e transferência tecnológica; o segundo eixo é o de intervenções estruturais para efficientização e acesso, que prevê o financiamento de obras para garantir a acessibilidade aos *campi*, seus espaços e seus equipamentos para os portadores de necessidades especiais, além do financiamento de intervenções destinadas a criar maior eficiência no consumo de energia e telefonia; e o terceiro eixo, que se refere ao investimento na infra-estrutura para Educação a Distância, através da implantação de pólos regionais, elaboração de material didático, formação de professores e tutores e apoio a projetos específicos de educação continuada.

milhões de brasileiros; 4) e fortalecimento da educação profissional no Brasil com a inclusão social de jovens e adultos no mundo do trabalho e a formação de técnicos para contribuir com a política industrial e o novo modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, baseado na produção.

A partir desses eixos foram estabelecidas quatro Câmaras Temáticas, a fim de promover o diálogo entre projetos afins. Cada câmara estabelecerá relação com um macro-projeto do Ministério da Educação, no sentido da convergência de esforços: a) alfabetização e inclusão social (Brasil Alfabetizado); b) aprimoramento da qualidade da educação básica (Escola Aberta); c) ampliação do ensino técnico e profissional (Escola de Fábrica); d) fortalecimento e expansão da educação superior pública (projeto de apoio a pesquisa e extensão entre IFES e Estatais).

O projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB foi criado pela Secretaria a Distância do Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, na câmara de fortalecimento e expansão da educação superior pública, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes as políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil é uma parceria entre consórcios públicos nos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal), universidades públicas, empresas estatais e demais organizações interessadas.

De acordo com documento oficial, a UAB caracteriza-se como: aberta na entrada, democratizando o acesso à população sem rigidez dos processos seletivos tradicionais ou outras formas de discriminação; aberta no processo, oferecendo opções e atividades relevantes mais flexíveis quanto às exigências formais de Conselhos ou corporações profissionais; aberta na saída, permitindo aos estudantes concluir, encerrar ou suspender seus estudos com maior flexibilidade, atendendo à suas necessidades.

Nesse documento defende-se como atributos de uma Universidade Aberta: base em EaD e TICs de aprendizagem flexível; aprendizagem individualizada ou personalizada; estrutura organizacional própria: simples, pequena e ágil; compromisso com a excelência e eficiência.

Diz ainda o referido documento:

Sem prejuízo de seus objetivos, a serem definidos claramente na sua proposta original de instalação e ao processo de implantação, deverá a UAB promover uma interação mais ampla, seja atuando também com empresas que não são exclusivamente estatais, assim como com as demais instituições superior, sejam públicas, sem privadas (Fórum das Estatais: Projeto Universidade Aberta do Brasil: 2005, p. 09).

A primeira experiência da Universidade Aberta do Brasil foi implantada, em caráter piloto, por meio do curso de graduação a distância em administração, numa parceria com o Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) e Instituições Federais de Ensino Superior.

O curso de graduação em Administração terá duração de quatro anos, sendo os três primeiros estruturados em base comum, e um ano destinado às diferentes ênfases para o referido curso (a serem definidas pelas instituições ofertantes).

Em cada unidade da federação, as universidades definirão os locais dos pólos regionais e sua infra-estrutura para atendimento aos estudantes para os momentos presenciais. O estudante será acompanhado por um processo de tutoria que permitirá o monitoramento direto do desempenho e do fluxo de atividades, facilitando a interatividade e identificação de possíveis dificuldades de aprendizagem.

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA NO BRASIL

No Brasil, até o ano de 2005, eram aproximadamente 34 (trinta e quatro) as Instituições de Ensino Superior – IFES credenciadas para ofereciam cursos de graduação na modalidade de Educação a Distância, além de 08 (oito) credenciadas para cursos sequenciais a distância e 19 (dezenove) autorizadas em caráter experimental.

No entanto, de acordo com a Portaria Nº 873, de 07 de abril de 2006, considerando a política Ministerial de indução da oferta pública de cursos superiores a distância nas Instituições Federais de Ensino Superior, no âmbito dos Programas ‘Pró-licenciatura’ e ‘Universidade Aberta’, e considerando a necessidade de autorização dos cursos superiores a distância a serem ofertados pelas IFES para atender aos prazos dos editais dos programas de educação a distância do MEC, foram autorizadas, em caráter experimental, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 20

de dezembro de 1996, a oferta de cursos superiores a distância nas Instituições Federais de Ensino Superior.

No campo da pós-graduação lato sensu, que é o nível que tem apresentado o maior crescimento, são 44 (quarenta e quatro) as instituições credenciadas, ou com programas autorizados. Podemos mencionar os mais de 30 (trinta) mil cursos (extensão, atualização, formação continuada) oferecidos pela internet, no formato e-learning, atendendo a mais de 300 mil profissionais. Estima-se que as 116 (cento e dezesseis) instituições credenciadas pelo Ministério da Educação para oferecer cursos a distância, entre 2000 e 2004, já tem atendido a mais de um milhão de estudantes no País.

No mundo são milhões de estudantes que frequentam universidades a distância. Trata-se de uma prática pedagógica que se instituiu e se consolidou no mundo inteiro, sobretudo, a partir da década de 1970, quando da criação das mega-universidades de Educação a Distância em diversos países, como Grã-Bretanha, Espanha, Índia, Tailândia, Turquia, África do Sul, que atendem a milhões de alunos, como a China TV University System.

Para Petters (2001) a University of South Africa é a mais antiga das universidades a distância. Antes de 1970, ela era a única universidade a distância autônoma no mundo inteiro. Com mais de 130 mil estudantes inscritos, essa Universidade é considerada a maior escola superior do país e está entre as dez maiores universidades a distância do mundo. Mas, foi a Open University da Inglaterra, criada em 1969, que fomentou as bases para a Educação Aberta no mundo inteiro.

A expansão da Educação a Distância, no Brasil, no início deste milênio, pode ser atribuída a vários fatores. O primeiro deles refere-se a um processo de luta pela democratização da educação em todos os níveis de ensino, em especial, da educação superior. Há uma luta crescente e contínua para que o direito constitucional à educação se concretize para milhões de brasileiros excluídos deste bem social e a Educação a Distância vem se afirmando como uma das possibilidades para que essa necessidade seja efetivada. O segundo fator refere-se ao crescimento, avanços e disseminação das tecnologias da informação e da comunicação, permitindo que as pessoas ultrapassem as distâncias geográficas e se aproximem cada vez mais umas das outras.

Se ainda há resistências quanto a essa 'modalidade' de educação, parece que a conjuntura política, econômica e social no limiar deste milênio encontrou na EaD uma alternativa viável, uma opção às exigências sociais e pedagógicas, contanto com o apoio dos avanços das novas tecnologias da informação e da comunicação. Dentro da atual crise estrutural, a conjuntura política e tecnológica parece tornar favorável a implementação da EaD.

No atual governo, a Educação a Distância ocupa posição estratégica como política pública voltada à democratização e inclusão social na educação superior. Mas, a história da EaD no Brasil mostra inúmeras experiências e tentativas fracassadas devido, principalmente, falta de vontade política, de competência técnica e de recursos financeiros adequados.

Desde a década de 70 várias experiências de Educação a Distância vêm sendo implementadas no Brasil. Efetivamente nenhuma delas integra sistemas organizados fundamentados nessa modalidade educativa. Segundo Niskier (2002)⁷, em 1972, o Congresso Nacional recebeu o primeiro Projeto de Lei, criando a Universidade Aberta, o que se repetiu em 1987. Nessa nova tentativa, na estrutura do Ministério da Educação - MEC (1986), via Comissão Federal de Educação, sob a coordenação desse autor, criou-se uma comissão com o objetivo de propor linhas para a definição de políticas de EaD e viabilização da Universidade Aberta no Brasil. O documento elaborado, denominado: "Por uma Política Nacional de Educação Aberta e à Distância", verificava condições para a criação de um sistema de EaD. A comissão apresentou tanto uma indicação favorável ao estabelecimento de um sistema de EaD, quanto da Universidade Aberta do país. Nesse documento foram estabelecidas estratégias de implementação, acompanhamento e avaliação.

Na prática essa intenção pouco efetivou-se, salvo algumas tentativas e experiências localizadas. Continuou-se a implantar programas, projetos e ações isolados, desarticulados e fragmentados.

Para Vianey (2002), a Universidade Virtual, entendida como ensino superior a distância com uso das TICs, em especial internet e videoconferência, surge no Brasil na segunda metade da década de 90. Para esse autor, até esse período, a modalidade da Educação a Distância era utilizada principalmente para ofertar cursos livres de iniciação profissionalizante, dentro do

⁷ <http://www.abed.org.br/congresso2002/politicaeestrategias.htm>

conceito de educação aberta e com os recursos do ensino por correspondência; e para ofertar cursos supletivos, focados na complementação de estudos nos níveis de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, utilizando materiais impressos e aulas transmitidas por televisão, em programas de telecurso.

Somente a partir de 1994, ainda segundo esse autor, com a expansão da internet junto às IFES, e com a publicação da LDB, em 12/1996, que oficializa a EaD como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino, é que a universidade brasileira dedica-se à pesquisa e oferta de cursos superiores a distância, e ao uso das TICs nesse processo.

No bojo desse cenário, em 1995, cria-se no âmbito do Ministério da Educação a Secretaria de Educação a Distância. Essa Secretaria implementou políticas como os Programas TV Escola, Proinfo, Proformação, Rived, Rádio Escola e PAPED. Esses Programas foram apresentados à sociedade como iniciativas de democratização da educação a distância no País, no entanto, foram desenvolvidos de forma desarticulada e politicamente excludentes.

Para Vianey, já em 1996, surgem os primeiros cursos de mestrado a distância oferecidos com o uso de videoconferência, integrando universidade e empresa com tecnologia digital e interatividade completa em áudio e vídeo. Em 1997, universidades e centros de pesquisa públicos e privados completam o ciclo de aprendizado para gerar ambientes virtuais de aprendizagem, dando início à oferta de cursos de pós-graduação lato sensu via internet, demarcando, portanto, em 1996 e 1997, o nascimento da Universidade Virtual do Brasil.

Foi nesse período, em 1998, segundo Moraes (2000), que a EaD da UnB lança a Universidade do Centro Oeste – Univer/CO, um consórcio envolvendo as universidades públicas da região, com sede na UnB, tendo como referência a experiência da UnB Virtual, criada no mesmo ano e que construiu as bases para a Universidade Virtual Pública do Brasil - UniRede.

É nesse cenário que surgem no Brasil os consórcios universitários para atender novas demandas, em escalas ampliadas. Para Vianney (1994), nos anos de 1999 e 2000 vê-se o surgimento de grandes redes como a Universidade Virtual Pública do Brasil – UniRede, associação de aproximadamente 70 instituições de ensino superior; o Consórcio de Universidades Públicas do Rio de Janeiro – CEDERJ; a Rede Brasileira de Educação a Distância, composta por 10 instituições privadas; o Projeto Veredas, em Minas Gerais, liderado pelo governo estadual e

integrado por 18 instituições públicas, particulares, comunitárias e confessionais; e a RICESU, formada por instituições católicas de ensino superior.

A articulação estabelecida entre UniRede e MEC, por meio da implementação da primeira experiência em rede, em âmbito nacional, o curso de extensão TV na Escola e os Desafios de Hoje, uma parceria com os diferentes sistemas de ensino, proporcionou uma ação conjunta por meio da elaboração de uma chamada pública às IFES (Edital 001/2004) para a oferta de cursos de graduação a distância nas áreas de Física, Química, Biologia, Matemática e Pedagogia. Para se candidatarem aos recursos do edital, as instituições deveriam estar associadas em consórcios. O objetivo desse edital foi fomentar a Educação Superior a Distância no País.

Ao final de 2004, o Congresso Nacional, na análise que fez de como estava sendo atendido o Plano Nacional de Educação, considerou essa iniciativa como 'o primeiro sistema de ensino de graduação a distância ligado às universidades públicas'. Embora não tivesse ainda o caráter de sistema essa iniciativa apontou para a necessidade de construção daquilo preconizado por Niskier na década de 1980. O que mais tarde se transformou no Pró-licenciatura. Uma iniciativa que possibilitou a abertura de aproximadamente 18.000 (dezoito) mil vagas nos cursos de licenciatura em Física, Química, Biologia e Matemática.

De 2003 a 2006 a Educação a Distância no Brasil tem apresentado um quadro de recuos e perspectivas. Em 2003 o Governo Federal apostou no desenvolvimento da TV Escola Digital Interativa, uma proposta ousada que acabou não sendo efetivada devido equívocos político-administrativos e pela descontinuidade da gestão pública. Nesse mesmo ano iniciou-se uma nova tentativa de institucionalizar a EaD, via o Decreto Nº 5.622, de 19/12/05, que tem exigido uma quantidade significativa de desdobramentos legais. Em outubro de 2005, foi lançado no País o Sistema Universidade Aberta do Brasil, com o objetivo de ofertar aproximadamente 90 mil vagas a partir de 2007.

Nesse contexto, é importante recuperar os dados apresentados no início deste texto, nos quais o Brasil apresenta-se entre as nações mais excludentes do planeta, no que diz respeito ao acesso à educação superior.

Para Pretto (2001) a Educação vive um processo de crise que nos obriga a refletir mais profundamente sobre as políticas públicas para a área. Considera que a Educação a Distância,

como política pública, está sendo discutida de forma descontextualizada das discussões mais amplas que fazemos sobre educação.

Para esse autor, o desafio da EaD é, em última instância, o mesmo desafio da educação como um todo. No entanto, considera que o fundamental nesse momento é darmos à EaD o destaque que ela merece enquanto uma metodologia importante no momento contemporâneo, mas também colocá-la no seu devido lugar. E colocá-la no seu devido lugar significa entendê-la dentro de suas limitações e especificidades.

Para Pretto, não podemos compreender a EaD como solução para a importante tarefa de universalização do ensino, como tem sido colocado pelas políticas do atual governo.

É preciso estar atento para o fato de que, ao pensarmos nessas tecnologias como potencialmente redutoras das distâncias, temos que ter sempre em mente que se isso não acontecer amplamente, poderemos estar iniciando, mais uma vez, um perverso mecanismo de aumento da exclusão daqueles que já são excluídos socialmente em termos de condições mínimas de sobrevivência. Estaríamos introduzindo um novo tipo de exclusão: a digital (PRETTO: 2001, p. 36).

O desafio da universalização do ensino e da formação continuada, segundo esse autor, impõe um outro raciocínio. Não esse dado à EaD como sendo a grande possibilidade de superação desses desafios educacionais contemporâneos.

Precisamos, também, pensar nas condições da escola e do próprio professor, um trabalhador que, sem as mínimas condições, é empurrado, literalmente, para o trabalho de articulação desse universo em constante transformação. A escola é ainda muito precária e as alternativas de cursos a distância, muitas vezes, podem significar um descompromisso do poder público com a sua melhoria (PRETTO: 2001, p. 40).

Nessa mesma direção, Belloni (2001) defende que não se pode considerar a EaD apenas como um meio de superar problemas emergenciais ou de consertar fracassos dos sistemas educacionais em um dado momento da história. Para essa autora, a EaD deve assumir funções de crescente importância, o que inclui o ensino superior e toda a grande demanda contínua gerada pela obsolescência acelerada da tecnologia e do conhecimento.

Para essa autora, de modo geral, as novas formas de educação aberta utilizam práticas de EaD para atender às diversidades de currículos e de estudantes e para responder às demandas

nacionais, regionais e locais. Belloni considera que os imperativos econômicos estão presentes um vez que a educação aberta constitui um segmento específico de mercado que tem potencialidades globais. Para ela, os interesses públicos e privados organizam-se para atender a esses mercados onde a educação aparece como uma nova mercadoria.

Nessa perspectiva, consideramos importante a realização desta reflexão, tendo em vista que: 1) a criação da UAB apresenta-se no atual contexto governamental como uma política pública voltada à democratização da educação superior no País; 2) caracteriza-se, de acordo com as diretrizes governamentais, como uma política de inclusão e justiça social; 3) articula a construção de consórcios públicos, envolvendo instituições como: Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e Empresas Estatais com vistas ao desenvolvimento sustentado do País.

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL: UMA POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PAÍS?

De acordo com o discurso oficial, a rede de universidades brasileiras apresenta-se preparada à democratização do acesso, comprovada pelo crescimento de pesquisas. Por outro lado, defende que a educação a distância é a via necessária e possível para essa democratização e inclusão, tendo as Instituições de Ensino Superior – IFES ou demais Universidades Públicas Estaduais e Municipais como locus dessa democratização e inclusão social.

Analisando discursos e documentos oficiais sobre a criação da Universidade Aberta do Brasil, com base no nosso referencial teórico, levantamos questões ainda sem respostas, mas importantes para aprofundarmos as discussões e os estudos nessa temática.

- 1) Por que foi escolhido um Fórum de Estatais para discutir e propor soluções para as políticas públicas de educação?
- 2) Esse fórum caracteriza-se como um espaço privilegiado de discussão para efetivação dessas discussões e proposições? Por que não um Fórum Nacional pela Educação? Ou utilização dos espaços democráticos das Conferências Nacionais de Educação?
- 3) O que está por trás dessa articulação entre Empresas Estatais, Instituições Federais de Ensino Superior, Governo Federal, Estados e Municípios?

- 4) Como se explica essa política do Governo Federal de descentralização de responsabilidades, principalmente, para estados e municípios?
- 5) O que justifica o apoio financeiro de empresas estatais, com abertura para empresas privadas, à educação?
- 6) O financiamento das IFES pelas estatais, logo, o seu envolvimento acadêmico na oferta de suas demandas não será o início de um processo de privatização e de transformação dessas em instituições corporativas?
- 7) Por que os documentos oficiais enfatizam que a criação da UAB tem como característica principal a democratização do acesso e a inclusão social, principalmente, de jovens de baixa renda e sua primeira experiência piloto é a oferta de graduação em administração para os funcionários sem habilitação específica do Banco do Brasil?
- 8) Como explicar a oferta de 90 mil novas vagas para a educação superior, em 2007, via educação a distância, considerando que a maioria das IFES no País apresenta-se sucateada em infra-estrutura física e em profissionais qualificados?
- 9) Que tipo de formação será ofertada e que mídias serão utilizadas, considerando o baixo índice de acesso à internet no País, principalmente, nas classes menos favorecidas?

Todas essas questões precisam ser analisadas, estudadas e discutidas, considerando o atual contexto mundial onde estão inseridas essas políticas públicas. Afinal, como diz Frigotto (apud Bianchetti, 2005):

A avassaladora ideologia neoliberal, cuja idéia-força de efeito letal é a de fazer crer que não há outra saída para a humanidade senão curvar-se à férrea lógica do mercado (lei do mais forte), exclui como o gás carbônico polui, paradoxalmente, tornando atual uma das previsões de Karl Marx que nos lembra que a história primeiro se repete como tragédia e depois como farsa. (FRIGOTTO: 2005, p. 09).

E o grande desafio à Educação a Distância é contribuir à democratização do acesso e inclusão do sujeito, com qualidade social, tendo em vista que a educação é um DIREITO de todos(as).

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICAS

- BIANCHETTI, R. G. Modelo neoliberal e políticas educacionais / Roberto G. Bianchetti. – 4. ed. – São Paulo, Cortez, 2005. – (Coleção Questões da Nossa Época; v. 56).
- BOBBIO, N. A Era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BELLONI, M.L. *Educação a Distância*. – 2ª ed. – Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2001a.
- BRASIL. Congresso Nacional, Lei 9394 de 20/12/1996 – *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.
- BRASIL/MEC/SEED. *Indicadores de Qualidade para cursos de graduação a distância*. <http://www.mec.gov.br/tvescola/indicadoresdequalidade.htm>, Brasília, 2001.
- CURY, J. Direito À Educação: Direito À Igualdade, Direito À Diferença, Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho/ 2002 p. 245-262, julho/ 2002.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*, 17ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.
- MORAES, R.A. 2000. Informática, Educação e História no Brasil. http://www.revistaconecta.com/conectados/rachel_histo.
- NISKIER, A. (2002). *Políticas e Estratégias de Educação a Distância*. IX Congresso Internacional de Educação a Distância – Repensando a Aprendizagem por meio da Educação a Distância, São Paulo, setembro/2002. <http://www.abed.org.br/congresso2002/politicaestrategias.htm>.
- PETTERS, O. *Didática do Ensino a Distância*. São Leopoldo/RS, Editora Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2001.
- PRETTO, N. L. *Desafios para a Educação na Era da Informação: o presencial, a distância, as mesmas políticas*. Novas Tecnologias e Educação a Distância. Tecnologias Educacionais e Educação a Distância: avaliando políticas e práticas / Rachel Goulart Barreto (org.), Nelson de Luca Pretto [et al]. – Rio de Janeiro: Quartet, 2001 (p. 30-53).
- VIANNEY, J. A Universidade Virtual no Brasil: os números do ensino superior a distância no País em 2002. UNESCO: 2002.